



JEPEX
8ª Jornada de Ensino,
Pesquisa e Extensão
08 e 09 de outubro de 2019



ESTADO DA ARTE: REFLETINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS

Guidelines for Papers to the JEPEX

CAVANHI, Allana Carla. Mestranda; Universidade Federal da Fronteira Sul,
allanacavanhi@hotmail.com

MARCON, Carine. Mestranda; Universidade Federal da Fronteira Sul,
carii.marcon@gmail.com

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Dr.; Universidade Federal da Fronteira Sul,
thiago.ingrassia@uffs.edu.br

Resumo: Dialogar e refletir a respeito das políticas públicas é um papel fundamental construção cidadã das classes populares acerca de seus direitos sociais, porém é um desafio social, tendo em vista as percepções culturais impostas. Neste sentido, este trabalho busca esclarecer e refletir sobre as políticas sociais, suas implicações e importância para as classes populares em envelhecimento. A construção metodológica deste trabalho deu-se através de pesquisa bibliográfica, apresentando e discutindo sobre a relevância de ações institucionais como mecanismos de redução das desigualdades sociais, a partir da redistribuição de oportunidades iguais entre sujeitos desiguais. Com isso, (re)estabelecendo as relações e contribuições dessas ações para as modificações socioculturais e econômicas das classes populares, dentro de uma perspectiva do exercício da cidadania. Deste modo, a partir deste, os resultados apontam para a importância o caráter redistributivo das políticas públicas, na diminuição das lacunas referentes as desigualdades sociais e a consolidação de mecanismos capazes de promover o exercício da cidadania.

Palavras chave: Políticas públicas. Idosos. Cidadania.

Abstract: Dialogue and reflection on public policies is a fundamental role for the citizens' construction of the popular classes about their social rights, but it is a social challenge, considering the imposed cultural perceptions. In this sense, this paper seeks to clarify and reflect on social policies, their implications and importance for the aging popular classes. The methodological construction of this work took place through bibliographic research, presenting and discussing the relevance of institutional actions as mechanisms of reduction of social inequalities, from the redistribution of equal opportunities among unequal subjects. Thus, (re) establishing the relationships and contributions of these actions to the socio-cultural and economic changes of the popular classes, within a perspective of the exercise of citizenship. Thus, from this, the results point to the importance of the redistributive character of public policies, in reducing the gaps regarding social inequalities and the consolidation of mechanisms capable of promoting the exercise of citizenship.

Keywords: Public policy. Seniors. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Pensando em modificar as realidades sociais de sujeitos subalternizados, desassistidos e oprimidos pela sua condição socioeconômica é que surgem as políticas públicas ou políticas sociais. Estas, por sua vez, procuram oferecer condições iguais entre

sujeitos desiguais nas sociedades contemporâneas, com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes e promover oportunidades a esses sujeitos. Neste sentido, é que este trabalho busca, através do estado da arte, refletir a respeito das políticas sociais direcionadas a população idosa. Isso, considerando que, a expectativa de vida, tem aumentando em níveis que já desenham uma população caracteristicamente mais velha com relação a anos anteriores.

Para essa construção teórica, foram utilizados conhecimentos empíricos de uma realidade regional dos autores, partindo para um olhar nacional sobre a temática com base em ações legislativas do Estado. As reflexões e percepções desse artigo foram construídas e discutidas a partir de revisão bibliográfica de artigos e estudos acerca do envelhecimento populacional. Dentre os quais, trazemos em Aguiar; Santos; Silva (2013) e Camarano; Pasinato (2004), as construções de envelhecimento e a relação cultural desse processo em Uchôa; Firmo; Lima-Costa (2002), cidadania em Gorczewski; Martin (2011) e estudos acerca das políticas públicas Höfling (2001), Pereira; Silva (2010), Souza (2006) e Brasil (1994, 2003). Sob esse ângulo, é que este artigo pretende construir reflexões acerca das políticas públicas para idosos, em uma perspectiva de envelhecimento com qualidade e cidadania.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas e classes populares: perspectivas e motivações

Conhecer e compreender de fato o que é, de que modo, para que e quem se constroem políticas sociais é um grande desafio na sociedade contemporânea. Isso, devido ao senso comum existente entre as classes mais favorecidas, socioeconomicamente, quanto a compreensão desta ferramenta como um mecanismo assistencialista de fomento da desigualdade social, e não como uma ferramenta potencial de modificação das realidades desiguais. Portanto, cabe o entendimento de que, as políticas públicas ou sociais, são mecanismos governamentais desenvolvidos para possibilitar a redistribuição de oportunidades e lugares sociais as classes populares. Assim, oferecendo condições para diminuir e modificar as desigualdades socioeconômicas postas pelo capitalismo, considerando que para Höfling (2001, p. 39):

[...] administração pública –informada por uma concepção crítica de Estado – que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social.

Essa concepção de reversão do desequilíbrio social, justifica-se em virtude de que, nas sociedades contemporâneas, há condições socioeconômicas desiguais, e isso, contribui

para a exposição dessas populações a situações de vulnerabilidade social. Isso, em virtude de pertencerem a grupos ou condições que lhes colocam como excluídos, ou com maior dificuldade de acessar benefícios e direitos básicos a vida. Logo que, nos estados capitalistas, essas condições, principalmente socioeconômica, são determinantes de saúde, escolaridade, expectativa e qualidade de vida, e inclusão social.

Além disso, outro aspecto que foi considerado para o desenvolvimento das políticas públicas, é o debate a respeito da relação de dominação construída a partir das desigualdades sociais postas. Levanto em conta que, não é desejável, às classes dominantes, que seus dominados alcancem patamares como os seus, pois isso, desmontaria a lógica de dominação social. Deste modo, colocando as classes populares em condições de exclusão social, das quais podem se dar de diferentes maneiras, mas que acabam convergindo para uma consequência muito maior, a perda do exercício da cidadania, a qual promove a manutenção do sujeito a condição de marginalização, expondo-o a uma posição de inferioridade social. Sendo que:

[...] cidadania é uma condição social que se manifesta na capacidade do indivíduo em participar plenamente da vida política, econômica e cultural de uma sociedade, isto é, trata-se de uma condição social que permite ao indivíduo desfrutar das oportunidades que a vida social propicia (RIVAS, 2007, p. 173, *apud*, GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p. 22).

Neste sentido é que as políticas sociais se apresentam como ferramentas institucionais de manutenção do direito a uma vida digna, partindo do pressuposto que essas ferramentas são mecanismos colaborativos para modificação social. Concordando com Pereira e Silva (2010, p. 13) de que, nas sociedades contemporâneas, as políticas públicas tem um caráter redistributivo, pretendendo produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais. Assim, buscando amenizar e reverter os impactos da exclusão social, reestabelecendo os diálogos de cidadania e inclusão das classes populares na sociedade.

Ademais, “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p.6). Neste sentido, as inter-relações são explicadas a partir da lógica de que, quanto maior a distribuição de renda, menor é a desigualdade social, mais oportunidades são oferecidas as classes populares, e com isso se torna maior o desenvolvimento socioeconômico no país, aumentando a escolaridade, o poder de compra, as condições de saúde e de envelhecimento. Levando em conta que, para Camarano; Pasinato (2004, p. 253), é necessário “[...] garantir tanto um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais.”

2.2 Idosos um olhar sobre as políticas públicas: reflexões e apontamentos

Considerando que, em decorrência dos avanços médico-sanitários, a expectativa de vida tem aumentado significativamente a cada ano, e com isso, vem desenvolvendo novos desenhos que modificam a pirâmide social etária de vários países. Contexto que impele preocupações das autoridades públicas e científicas, levando em conta que:

[...] em um país tão marcado por desigualdades, como o Brasil, o processo do envelhecimento pode reforçar desigualdades em termos da qualidade de vida e do bem-estar entre diferentes estratos da população, contribuindo para aumentar a chance de exclusão dos idosos (BERQUÓ, 1999 *apud* UCHÔA, FIRMO; LIMA-COSTA, 2002, p. 25).

Perspectiva que permite uma melhor compreensão da relevância de discutir e refletir sobre políticas públicas para as populações em maturação, na medida em que elas se apresentam como instrumentos colaborativos para a desconstrução desse fenômeno. Realidade que, ainda recente ao contexto brasileiro, já mobilizou a articulação de leis que contemplassem esse mecanismo social de manutenção e fomento da igualdade social entre as populações idosas. Situação a qual instituiu a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 1994) que tem por objetivo “[...]assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Mesmo assim, ainda emergiu a necessidade da construção de um Estatuto do Idoso (2003), do qual se apresenta como um dispositivo legal que versa sobre direitos fundamentais e as necessidades de proteção dessa população.

Para isso, analisar, compreender e ouvir as diferentes realidades sociais é um fator fundamental para a elaboração de ações institucionais que visam romper com a realidade de preconceito, discriminação e violência em que os idosos das classes populares estão expostos. Assim, levando em conta os múltiplos olhares que compõe as investigações das desigualdades postas, e com isso, consolidar medidas que busquem promover melhores condições a esses sujeitos. Desse modo, contribuindo para a redução das desigualdades sociais entre as populações em maturação, oferecendo oportunidades aos idosos, principalmente em vulnerabilidade social, considerando que a condição socioeconômica das pessoas determina seu percurso de envelhecimento.

Conjuntura que, tem por objetivo dar garantia a implementação de políticas sociais para as populações em envelhecimento, tendo em vista que, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso o direito à vida com qualidade. Dessa forma, proporcionando ações de reinserção sociocultural desses sujeitos, através de incentivos de programa de esporte, lazer e atividade física, como ferramentas propulsoras de um envelhecimento emancipado.

2.3 Refletindo a temática

A partir das construções, análises e concepções apresentadas sobre políticas públicas como ferramenta de redução das desigualdades sociais e, de como elas são apresentadas com relação a população em envelhecimento, é que delinearemos as reflexões e percepções acerca de seus impactos socioculturais e econômicos para as classes populares, com um olhar sobre os sujeitos que são ou estão em processo de maturação.

Neste sentido, buscou-se proporcionar o entendimento e as significações acerca da relevância das políticas sociais para a garantia, manutenção e inclusão de idosos das classes populares nos diferentes contextos e lugares sociais. Considerando que, é somente a partir da redistribuição de oportunidades que os sujeitos subalternos podem acessar e experimentar novas condições culturais, de lazer, saúde e escolarização. Conjunto de determinações que motivam a participação dos sujeitos na sociedade, pois, apresentam-se como um conjunto de condições determinantes para o exercício da cidadania. Sendo que, isso pode incluí-los, retirando-os da condição de exclusão social, da qual as classes populares estão expostas, dando voz e lugar social aos sujeitos em envelhecimento por meio de políticas sociais inclusivas e igualitárias.

Conjuntura que, ratifica a importância das políticas públicas para sujeitos maduros, na medida em que, há um contexto de exclusão social do idoso, que se dá, não somente pela sua condição socioeconômica, mas porque:

Historicamente, a pessoa idosa vem sendo abandonada, estigmatizada e esquecida. O idoso não é visto ou aceito pela sociedade como alguém produtor. A família, muitas vezes, o rejeita ou lhe suprime a autonomia. Muitas vezes, os mais jovens têm preconceito, lhe faltam com respeito, não lhe dão atenção, pois se cansam de sua nostalgia (AGUIAR; SANTOS; SILVA, 2013, p. 06).

Concepção que ratifica a relevância sociocultural e econômica dessas intervenções públicas, pois, são mecanismos de modificação social que oferecem condições para um envelhecimento emancipado, com qualidade e cidadania. Desse modo, protegendo e fortalecendo a vida do sujeito idoso que sofre discriminação social em virtude das rotulações gerontofóbicas (re)produzidas, a partir das perdas, fisiológicas e psicológicas, naturais da idade. Destaca-se também que, essa ferramenta pode colaborar para e com o desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que, quanto maior a redistribuição de oportunidades, menores serão as desigualdades, mais instruídas ficarão as pessoas, e conseqüentemente, mais ativos, tanto socialmente, quanto economicamente. Dessa forma, proporcionando menores custos aos cofres públicos, através de políticas públicas de redistribuição de oportunidades, as quais detêm enorme potencial de modificação das realidades postas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que, de maneira breve, este trabalho buscou traçar relações, apontamentos e reflexões acerca das políticas públicas, suas contribuições e relevâncias. Assim, nos foi possível verificar que as políticas sociais são ferramentas fundamentais para a redistribuição de oportunidades para sujeitos desiguais, com isso, buscando romper com as determinações da desigualdade social.

Tratando-se dessas ações direcionadas a população idosa, foi possível verificar e compreender que, as políticas públicas têm papel fundamental para a reinserção social de sujeitos excluídos pelas suas condições socioeconômicas ou fisiológicas. Deste modo, pode-se perceber que, esses mecanismos de distribuição de oportunidades são mecanismos capazes de promover o exercício da cidadania, o qual é fundamental para uma vida digna.

Por fim, destacamos que as políticas públicas não são apenas uma medida de assistencialismo, mas sim políticas de reestruturação social que tem por objetivo reduzir as desigualdades postas pelo capitalismo. Dessa maneira, oferecendo as classes populares, lugares e contextos sociais que lhes eram impedidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo A.; SANTOS, Ellen F.; SILVA, Luiz A. G. da. Envelhecimento populacional: o impacto social e psicológico da capacidade funcional e autonomia na longevidade. Revista FAEF, 2013.

BRASIL. Política Nacional do Idoso: lei federal nº 8842, de 04 de janeiro de 1994. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>

BRASIL. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>

CAMARANO, Ana A.; PASINATO, Maria T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas, p. 253-292. In: Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, organizado por Ana A. Camarano. Rio de Janeiro, 2004.

GORCZEWSKI, Clóvis; MARTIN, Nuria B. A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. 1º ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

HÖFLING, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

PEREIRA, Thiago I.; SILVA, Luís F. S. C. da. As políticas públicas do Ensino Superior no governo Lula: expansão ou democratização? Revista Debates, v.4, n.2, p.10-31, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia O. A.; LIMA-COSTA, Maria F.F. de. Envelhecimento e Saúde: experiência e construção cultural. In: : Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, 209 p.